II CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

MICHELE KAUANA DE MELO GOULARTE; CAROLINA MANARA SILVEIRA

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo fomentar as discussões sobre o Racismo Ambiental dentro da área de Educação Ambiental crítica, trazendo assim as discussões sociais e a população vulnerabilizada pelo Estado, para dentro das discussões ambientais. Procurando também, através das análises de alguns processos históricos, aprofundar um pouco mais as discussões emergentes dentro da área buscando desta forma um maior alargamento da temporalidade histórica da crítica ambiental. A metodologia utilizada nesta pesquisa, é a Leitura imanente de Lessa (2014), e através da mesma, esta pesquisa pretende realizar uma análise bibliográfica a partir de escritas que abordam entre outras temáticas, a problemática do Racismo ambiental e a importância das discussões sociais estarem interligadas a área da Educação Ambiental. No decorrer da pesquisa foram citados autores e pesquisadores como Silvio Almeida, Selene Herculano, Alana Pedruzzi e Marcos Reigota, autores que pautam em seus estudos temáticas como raça, racismo, colonialismo, meio ambiente e educação ambiental crítica. O leitor (a), também encontrará no decorrer desta pesquisa citações ao Portal Geledés, site que representa o Instituto da Mulher Negra no Brasil e onde se encontram informações muito importantes sobre diferentes temáticas que atravessam pessoas racializadas, como é o caso do Racismo Ambiental. Através das escritas trazidas nesta pesquisa podemos notar a urgência e importância do aprofundamento teórico e histórico sobre nossa construção social, para que a partir disto se entenda um pouco mais sobre as problemáticas sociais e ambientais existentes na atualidade e que vulnerabilizam populações racializadas no decorrer da história, as colocando enquanto maiores atingidas pelas problemáticas ambientais.

Palavras-chave: Colonialidade, raça, meio ambiente, injustiça social, criticidade

1 INTRODUÇÃO

A partir de análises de processos históricos como a colonização europeia no século XV. É possível percebermos que desde o período colonial no Brasil, a população negra e racializada foi colocada pela lógica racista colonial, nas localidades mais insalubres de moradia do país. Desde as senzalas até atualmente nas periferias, a população negra no Brasil lida diariamente com a falta de saneamento básico, lixões a céu aberto, desmoronamentos, enchentes, entre outros problemas ambientais. Assim como a população negra, indígenas também explorados durante o período de colonização, continuam a lutar por suas vidas e terras seguidamente invadidas e saqueadas ainda na atualidade por grandes monopólios e ruralistas.

Sendo assim, o presente trabalho se propõe a realizar uma pesquisa teórica através de uma análise de alguns processos históricos e produções de autores da área de Educação Ambiental e Racismo Ambiental, objetivando assim trazer as camadas vulnerabilizadas da

DOI: 10.51189/cinped2023/28349

população para o cerne das discussões ambientais.

Acreditamos que esta pesquisa se encaixa perfeitamente na proposta do evento, já que o mesmo tem enquanto temática a Inovação em pesquisas científicas do meio da Educação. E o Racismo Ambiental, por sua vez, é uma temática bastante necessária e emergente para a área da Educação Ambiental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho se utiliza da Metodologia de pesquisa denominada leitura imanente, de Lessa (2014). De acordo com Lessa (2014), a leitura imanente traz consigo um conjunto de procedimentos que juntos nos permitem estudar profundamente um texto e assim conseguir ter um melhor entendimento do que está sendo lindo.

A pesquisa ocorre de maneira bibliográfica, portanto a leitura imanente nos proporciona através de seu sistema de estudos, analisar escritas de autores que debruçam seus estudos sobre as temáticas trazidas nesta pesquisa. Nos auxiliando em uma tentativa de maior compreensão da concepção dos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Racismo Ambiental é uma pauta ainda emergente dentro das discussões da área da Educação Ambiental, apesar disto, já existem algumas produções científicas que nos auxiliam na pesquisa desta temática. Porém falar de Racismo Ambiental, é também falar de Raça, Racismo e consequentemente processos históricos que culminaram na construção destas ideias. Por isso, começaremos esta discussão através de um breve panorama histórico, inicialmente através das ideias do filósofo Silvio Almeida, sobre os termos Raça e Racismo.

Segundo Almeida (2020), o sentido do termo "Raça" no Brasil está intrinsecamente ligado a circunstâncias históricas. O termo Raça utilizado enquanto categorização de seres humanos, surge no Brasil juntamente com a expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI, e a reflexão sobre as multiplicidades étnicas dos seres humanos.

Uma das formas de dominação instauradas pela lógica colonial, é a ideia de que a população branca europeia seria o modelo universal de ser humano. Criando-se assim hierarquias raciais, onde o colonizador se utilizaria desta auto intitulada superioridade para exercer o seu domínio sobre outros povos e territórios.

> Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam. (Almeida, 2020, p.32).

Já o termo Racismo, segundo Almeida (2020) estaria diretamente relacionado com a construção dessa ideia e hierarquização de raças. Fazendo com que mesmo após o suposto fim do período de colonização, a segregação racial continuasse existindo através de nossa estrutura social. Criando o que Almeida (2020) denomina enquanto Racismo estrutural.

Com base nestas discussões, podemos adentrar na discussão central desta pesquisa, o Racismo Ambiental. Está tematica surgiu pautada pelo movimento negro estadunidense em meados do ano de 1980 e segundo o Portal Geledés: "[...] Equivale ao impacto, dano ou risco ambiental racialmente desproporcional, independente da intenção do causador (empresas poluidoras e/ou Estado), que impactam o ambiente de moradia, trabalho e/ou lazer de grupos historicamente racializados." (Portal Geledés, 2020)

Ou seja, pessoas racializadas estão nas áreas mais atingidas por problemas ambientais

DOI: 10.51189/cinped2023/28349

advindos de empresas ou Estado, e estes problemas não se abstém das enchentes e desmoronamentos, eles também atingem a saúde básica da população. Selene Herculano, uma importante pesquisadora da área ambiental nos diz que:

> O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc [...] (Herculano, 2008, p.16).

Ainda na contemporaneidade e em contexto brasileiro, as comunidades ribeirinhas, tradicionais, ciganas, quilombolas, entre outras, convivem diariamente com a possibilidade de perda de seu território para os grandes monopólios capitalistas. Seguidamente, empreendimentos desenvolvimentistas, projetos de monocultura, barragens e hidrovias, expelem comunidades de seus territórios, em prol do que denominam enquanto "desenvolvimento". Por outro lado, ainda dentro deste sistema de opressão, a taxa da população que vive nas áreas urbanas habitam o que Herculano (2008) denomina de "zonas de sacrifício", que por sua vez seriam as periferias localizadas próximas a áreas de grande poluição.

Em 2010, segundo os dados do censo IBGE, mesmo a população negra sendo 51% da população brasileira representava 79% da população que sequer tinha banheiro em casa, 69% da população sem coleta de lixo, 62% da população sem água encanada, 59% da população sem rede de esgoto. Na prática, isso significa que milhões de brasileiros negros estavam em condições mais vulneráveis de saúde em virtude da inadequação em saneamento básico (Portal Geledés, 2020).

A falta de saneamento básico em localidades periféricas é um grande problema que expõe a população das comunidades a diversos problemas de saúde. Segundo Jesus (2020), o racismo institucional do Estado, negligencia os direitos humanos e saúde pública de moradores das favelas e comunidades brasileiras, onde a população é majoritariamente negra. Ainda segundo o autor, "Importa ressaltar também que a vivência em condições socioambientais precarizadas, somadas às desigualdades de poder nos processos decisórios, constitui processos do escopo do racismo ambiental" (Bullard, 2004 apud Jesus,2020, p.6).

Como nos traz Reigota (2006), a Educação Ambiental é também uma Educação Política, onde se faz importante as reflexões existirem para além da preservação das espécies naturais, é preciso também se pensar na sobrevivência da humanidade como um todo. Sendo assim, não é possível uma discussão realmente crítica e política dentro da Educação Ambiental, que não englobe a população extremamente afetada por problemas ambientais, e sendo muitos destes problemas advindos de um sistema político e econômico que coloca estas pessoas nestes lugares de risco, também se faz necessário a existência da crítica a estas estruturas e instituições.

Segundo Pedruzzi (2019), a Educação Ambiental de vertente crítica possui relação direta às ideias de Marx e a superação radical do sistema econômico capitalista. Já que o modo de produção capitalista seria a raiz de muitas das opressões sociais existentes, incluindo as de origem ambiental. Porém, a autora também nos diz que é preciso alargarmos nossa temporalidade crítica, trazendo para a nossa análise também processos anteriores ao capitalismo, como a acumulação de capital que se utilizou da exploração e escravização de mão de obra de negros e indíginas entre outras. Criando assim formas de inferiorização e subalternização de pessoas racializadas construindo uma estrutura de sociedade repleta de

DOI: 10.51189/cinped2023/28349

desigualdades sociais, como é o caso do Racismo Ambiental.

4 CONCLUSÃO

Através das leituras dos autores nas discussões da presente pesquisa, é possível identificarmos o quanto as raízes das desigualdades sociais e ambientais, advém de uma lógica implementada ainda na colonização europeia, fazendo com que seja importante nossas pesquisas advirem de uma maior temporalidade histórica.

A partir também da leitura de autores citados, pode se perceber a emergência da necessidade das discussões sociais dentro da Educação Ambiental, já que se faz nítido o quanto populações majoritariamente racializadas, estão expostas a inúmeras problemáticas ambientais, não só devido a sua situação socioeconômica mas também a sua cor, decência ou traços étnicos.

Racismo Ambiental é uma temática bastante ampla e emergente, pois sua forma de desigualdade está vinculada a várias áreas da vida cotidiana de pessoas racializadas e comunidades tradicionais. As pesquisas apontam a presença desta problemática desde as pautas relacionadas a saneamento básico e se ampliam até questões como a exploração e genocídio de povos indígenas. Portanto pode se dizer que esta temática representa uma grande porcentagem dos problemas ambientais que vão para além da conservação do que entendemos enquanto natureza.

Como nos trazem alguns pesquisadores da área da Educação Ambiental crítica, não podemos separar as discussões ambientais da crítica ao modo de produção capitalista e todas as formas de opressões sociais. Portanto, chegamos a conclusão com esta pesquisa, de que pautar Racismo Ambiental para além de denunciar o Estado e a desigualdade social que vulnerabiliza uma grande parte da população, também faz com que olhemos para toda a construção histórica de nossa sociedade aprofundando assim ainda mais a análise de nossa crítica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Edições Loyola, 2020. 255 p. ISBN 9788598349749. **A relação colonial entre saneamento básico e população negra brasileira: notas sobre racismo ambiental, genocídio eugenista e estigmas raciais.** São Paulo, 2020. Portal Geledés. Disponível em:https://www.geledes.org.br/a-relacao-colonial-entre-saneamento-basico-e-populacao-negr a-brasileira-notas-sobre-racismo-ambiental-genocidio-eugenista-e-estigmas-raciais/Acesso em: 23 de Novembro. 2023.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, [*s. l.*], v. 3, ed. 1, p. 1- 20, 2008. Disponível em: Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. Acesso em: 17 nov. 2023.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde social**, São Paulo, v. 29, ed. 2, p. 1-15, 2020. DOI 10.1590/S0104-12902020180519. Disponível em: file:///C:/Users/Visitante/Desktop/Racismo%20ambiental/pt.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo : por que não estudamos?** Sérgio Lessa.– São Paulo : Instituto Lukács, 2014. 120 p.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na Educação Ambiental Crítica**. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, 2019. Disponível em: 0000012964.pdf (furg.br).

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 62 p. ISBN 8511012923.

DOI: 10.51189/cinped2023/28349